

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

Iara Balbina Oliveira Bahia¹
Elias Alves da Silva²

RESUMO: Este escrito tem como objetivo analisar as políticas públicas brasileiras direcionadas para a educação especial, com foco na inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão educacional, amparada pela legislação nacional, visa defender que independentemente de suas necessidades especiais, todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade e oportunidades iguais de desenvolvimento. É sabido que a inclusão escolar de crianças com TEA não restringe apenas o acesso ao ambiente escolar, mas também envolve o suporte especializado, adaptação curricular, além do preparo dos docentes para lidar com as especificidades do transtorno do espectro autista. A metodologia adotada neste estudo é qualitativa, sendo fundamentada em uma revisão bibliográfica e documental. Foram analisados artigos científicos, teses, monografias, assim como documentos oficiais, legislações e diretrizes educacionais do governo brasileiro. Essas bases de dados foram coletadas através do Google acadêmico e Scielo. Os resultados indicam que mesmo com o avanço significativo das políticas públicas brasileiras para garantir a inclusão escolar de crianças com autismo, os desafios ainda existem. Entre eles, ressaltar-se a necessidade de uma formação continuada e especializada para docentes, disponibilidade de recursos pedagógicos que atendam às necessidades desses educandos, além de adaptação adequada do currículo escolar. Deste modo, conclui-se que para a inclusão escolar de crianças com autismo seja realmente satisfatória, é primordial um compromisso contínuo com o desenvolvimento e efetivação de políticas públicas que promovam a integração, plena inclusão e valorização dessas crianças no âmbito escolar.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Políticas Públicas. Inclusão escolar.

1642

ABSTRACT: This writing aims to analyze Brazilian public policies aimed at special education, focusing on the school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). Educational inclusion, supported by national legislation, aims to defend that regardless of their special needs, all children have the right to quality education and equal development opportunities. It is known that the school inclusion of children with ASD not only restricts access to the school environment, but also involves specialized support, curricular adaptation, in addition to preparing teachers to deal with the specificities of autism spectrum disorder. The methodology adopted in this study is qualitative, being based on a bibliographic and documentary review. Scientific articles, theses, monographs, as well as official documents, legislation and educational guidelines from the Brazilian government were analyzed. These databases were collected through Google Scholar and Scielo. The results indicate that even with significant advances in Brazilian public policies to guarantee the school inclusion of children with autism, challenges still exist. Among them, the need for continued and specialized training for teachers, availability of pedagogical resources that meet the needs of these students, in addition to adequate adaptation of the school curriculum stands out. Therefore, it is concluded that for the school inclusion of children with autism to be truly satisfactory, a continuous commitment to the development and implementation of public policies that promote the integration, full inclusion and appreciation of these children in the school environment is essential.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD). Public Policies. School inclusion.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Educaler University. Pós-graduação em Docência da Educação Básica em Língua Portuguesa pela FASB (Faculdade do Sertão Baiano. Graduação em Letras Vernáculas pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia).

²Professor orientador: Doutor em Ciências da Educação, Educaler University.

INTRODUÇÃO

É sabido que contemporaneamente, no cenário educacional, a inclusão é um tema amplamente discutido e considerado significativo, seu intuito é assegurar que todos os alunos, independente de suas diferenças participem igualmente. Para isso, as escolas devem ser inclusivas e acolhedoras, proporcionando um ambiente respeitoso e principalmente democrático.

A Educação Infantil é o primeiro passo na jornada acadêmica de uma criança, expondo-a a um mundo de aprendizado e novas experiências. A inclusão nesta fase inicial é essencial, pois além dos desafios associados à socialização, é uma das primeiras vezes em que as crianças experimentam a separação de suas famílias; diante disso, é vital propiciar a inclusão já na Educação Infantil.

O ato de incluir não significa apenas matricular alunos com deficiência em salas de aula regulares, mas criar um ambiente educacional acolhedor e adaptado às necessidades específicas de cada criança.

Especificamente para crianças com autismo, a inclusão escolar desde a educação infantil é de suma importância, uma vez que, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente enfrentam desafios relacionados à comunicação, interação social e comportamento, o que pode dificultar sua adaptação ao ambiente escolar. Quando a inclusão é desenvolvida de forma eficaz, com o auxílio de políticas públicas resistentes, essas crianças podem desenvolver habilidades sociais e cognitivas essenciais para seu crescimento.

As políticas públicas voltadas para a Educação Especial no Brasil, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destacam a importância de garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, incluindo aqueles com autismo. Essas políticas incentivam a formação continuada de professores, o uso de recursos pedagógicos adaptados e a promoção de práticas inclusivas, assegurando que as crianças com TEA tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que seus colegas.

A inclusão desde cedo não é apenas uma abordagem pedagógica, mas um compromisso com a diversidade e a equidade, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais para aprender e crescer no início de sua jornada educacional. Em um ambiente inclusivo, as escolas se tornam locais acolhedores onde cada criança é valorizada por suas qualidades únicas, independentemente de suas diferenças.

Os educadores desempenham um papel significativo ao adotar práticas de ensino que atendam às necessidades específicas de cada educando. Isso pode incluir adaptações curriculares, uso de materiais didáticos variados e uma abordagem flexível que reconheça os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

É essencial enfatizar que a inclusão escolar na Educação Infantil requer uma colaboração próxima com as famílias, os quais desempenham um papel essencial no processo educacional. Esta parceria fortalece uma rede de apoio que promove o desenvolvimento integral de todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Ao promover a inclusão na Educação Infantil, não apenas preparamos as crianças para uma vida social plena, mas também contribuímos para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Cada esforço em direção à inclusão é uma vitória compartilhada, que impacta positivamente a vida das crianças, especialmente aquelas com autismo, e de suas famílias.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a importância da inclusão escolar na Educação Infantil, com foco particular nas crianças com autismo. Busca-se compreender como as políticas públicas de Educação Especial influenciam e potencializam a efetivação dessa inclusão, e de que maneira a parceria entre escola e família pode contribuir para o desenvolvimento integral dessas crianças. Este escrito também pretende discutir as práticas pedagógicas que podem ser adotadas pelos educadores para assegurar um ambiente verdadeiramente inclusivo, no qual todos os alunos possam aprender e se desenvolver em suas potencialidades.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, que visa explorar e analisar o conhecimento existente sobre a inclusão escolar, com ênfase nas crianças com autismo, na Educação Infantil e seu impacto no sucesso escolar subsequente. Para a realização desta pesquisa, foram selecionados materiais previamente publicados que abordam o tema em questão, garantindo uma base sólida e diversificada de referências.

A revisão bibliográfica incluiu artigos científicos em português, publicados nos últimos 20 anos, a fim de proporcionar um panorama atualizado das práticas e políticas educacionais. A busca por esses materiais foi realizada nas bases de dados do Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO) os quais são reconhecidos pela qualidade e relevância de seus conteúdos acadêmicos.

Também foram considerados estudos e documentos oficiais sobre políticas públicas de Educação Especial no Brasil, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esses recursos forneceram um contexto normativo e prático sobre a efetivação de práticas inclusivas na Educação Infantil na integração de crianças com necessidades especiais, com foco especialmente àquelas com autismo.

Esta metodologia permitiu uma análise aprofundada das estratégias pedagógicas, desafios e sucessos na inclusão escolar, oferecendo subsídios para a construção de práticas mais eficazes e equitativas no âmbito educacional da atualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO:

AUTISMO: UMA INTRODUÇÃO AO ESPECTRO E SUAS IMPLICAÇÕES

Sabe-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica e de desenvolvimento que afeta a forma como as pessoas percebem o mundo e interagem com os outros. O termo "espectro" reflete a ampla variedade de características e habilidades que podem ser apresentadas por indivíduos com autismo, desde aqueles que necessitam de suporte significativo em suas atividades diárias até aqueles que possuem habilidades avançadas em áreas específicas, como memória ou raciocínio lógico. Mello (2007, p. 16) descreve o autismo como:

Um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Araújo (2019, p. 01), também descreve o Transtorno do Espectro Autista como um “transtorno do neurodesenvolvimento que se caracterizam por dificuldades na comunicação e na interação social, e acrescenta os comportamentos e/ou interesses repetitivos e restritos”. Para Camargo e Bosa (2009, p. 65), “o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”.

Dependendo dos diferentes graus de severidade, esses desafios podem se manifestar de diferentes maneiras, algumas pessoas, por exemplo, apresentam mais dificuldade em manter conversas ou interpretar expressões faciais, enquanto outras podem ser altamente

verbais, porém, apresentam comportamentos repetitivos ou fixação intensa por determinados temas.

Estudos apontam que o autismo não é causado por uma única variável, mas sim por uma interação complexa de vários fatores, incluindo mutações genéticas, influências pré-natais e condições de saúde da mãe durante a gravidez. Pesquisas sugerem que uma combinação de fatores genéticos e ambientais desempenha um papel no desenvolvimento do transtorno, embora sua causa exata ainda não seja totalmente compreendida,

É importante mencionar que o diagnóstico do autismo é baseado na observação dos comportamentos e desenvolvimento da criança ao longo do tempo, seus primeiros sinais geralmente aparecem antes dos três anos de idade, no entanto, há alguns sintomas que podem ser perceptíveis logo no primeiro ano de vida. O diagnóstico precoce é crucial, uma vez que, permite a realização de intervenções que podem melhorar significativamente a qualidade de vida do indivíduo. Em relação ao tratamento, o material elaborado pelo Ministério da Saúde que abarca as diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com TEA, alude:

O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (Brasil, 2012, p. 57).

Intervenções terapêuticas, como terapia comportamental, fonoaudiologia e terapia ocupacional, são frequentemente utilizadas para ajudar as pessoas com autismo a desenvolverem habilidades sociais, de comunicação e funcionais. Tais intervenções são adaptadas às necessidades individuais e podem incluir desde técnicas para melhorar a comunicação verbal até estratégias para lidar com comportamentos desafiadores.

Brasil (2014, p. 69), destaca que as intervenções psicológicas, por exemplo, quando combinadas com o trabalho de outros profissionais, proporcionam “ganho funcional e de autonomia, principalmente nos aspectos comunicacionais e de linguagem, aspectos da interação social e no desempenho de atividades da vida prática”.

No entanto, é importante ressaltar que, para que a intervenção psicológica seja eficaz e produza resultados positivos, o psicólogo responsável deve estar atento aos sinais de alerta, a fim de evitar a precipitação na emissão do diagnóstico, logo:

Visando evitar imprecisões, a avaliação desses casos deve incluir uma cuidadosa anamnese, detalhando-se histórico médico, clínico e desenvolvimental, além de uma avaliação integral das habilidades psicológicas, cognitivas, de comunicação, linguagem e interação, e do nível adaptativo do indivíduo. Podem ainda ser necessários exames adicionais para descartar possível prejuízo auditivo, uma vez que uma das preocupações dos pais é a ausência de resposta a certos estímulos auditivos, como, por exemplo, não responder quando chamado pelo nome (Seimetz, 2018, p. 15).

É pertinente afirmar que:

Além da intervenção que o psicólogo faz junto à criança e à família, o trabalho de orientação e acompanhamento é essencial aos professores e profissionais que atendem as crianças nos casos de problemas de aprendizagem, onde são indicadas salas de recuperação para fornecer explicação e revisão individualizadas. (...) por isso, o psicólogo deve ter conhecimento e compreensão do desenvolvimento e aprendizagem da criança, ser conhecedor dos efeitos produzidos pela incapacidade no desenvolvimento afetivo, perceptivo, motor e cognitivo (Souza et al., 2004, p. 28).

É importante ressaltar que, apesar dos desafios associados ao autismo, muitas pessoas no espectro têm talentos e habilidades únicas. Com o suporte adequado, indivíduos com autismo podem levar vidas plenas e produtivas, contribuindo de forma significativa para a sociedade.

Seguindo essa linha de raciocínio relacionado à cura/ intervenção do TEA, de acordo com HO (2013) “não há medicamentos específicos ou comprobatórios para o autismo, os medicamentos são receitados quando ocorrem outros sintomas paralelos ao autismo, como hiperatividade, epilepsia e outros”.

Dentre os fármacos usados para o tratamento são: Paxil, Ritalin, Risperal, Prozac, Addrerall, tendo ainda Desipramina e Nortiptylina (anti-depressivos tricíclicos), estabilizadores de humor (Valproate, Lítio), beta bloqueadores (Nadolol, Clonidina), a Clomipramina e a Fluoxetina. O objetivo da medicação é diminuir estes comportamentos para permitir que as pessoas com autismo tenham vantagem nos tratamentos educacionais e comportamentais (VARGAS; SCHIMIDT, 2011).

Contemporaneamente, existem diferentes métodos terapêuticos que podem ser usados em conjunto ou isoladamente. É significativo citar que cada situação é única, isso quer dizer que se um determinado tratamento oferece bons resultados para uma criança, poderá não surtir o mesmo efeito para outra.

Em alguns casos, é necessário ensinar ao paciente realizar tarefas desde a mais simples como ir ao banheiro ou como lidar com situações em coletivo sem ter que ser agressivo e ausente para com as pessoas ao seu redor. As habilidades em geral são ensinadas em um plano individual, de maneira associada a uma indicação ou instrução, levando a criança autista a trabalhar de forma positiva (SURÓS, 2009; BORGES et al, 2010).

Ainda assim, o crescente reconhecimento do autismo e a conscientização sobre o espectro têm levado a uma maior inclusão e aceitação social. Essa mudança de perspectiva é

fundamental para garantir que as pessoas com autismo recebam o respeito, a compreensão e as oportunidades que merecem.

PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO E CONSCIENTIZAÇÃO: DESAFIOS, AVANÇOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um fator crucial na construção de uma sociedade mais equitativa e acessível. Este conceito abrange a integração de indivíduos com autismo tanto no ambiente escolar quanto na vida comunitária, e sua importância vai além da simples presença física; trata-se de garantir uma participação significativa e respeitosa.

No âmbito educacional, a presença de alunos com TEA em salas de aula regulares é fundamental não apenas para um ambiente de aprendizado diversificado, mas também para o desenvolvimento de empatia e compreensão entre todos os estudantes. Esse tipo de integração prepara os alunos para um mundo mais inclusivo e enriquecido pela diversidade.

Diversos estudos sobre a inclusão escolar destacam os desafios e características do processo, no entanto, é importante frisar que algumas pequenas mudanças têm sido realizadas com o objetivo de melhorar o atendimento aos alunos da educação especial:

Entretanto, quando se fala em políticas públicas, deve-se ter em mente as estruturas de poder e de dominação presentes no tecido social; das quais derivam as políticas. As políticas públicas foram e são implementadas, reformuladas ou desativadas de acordo com as diferentes formas, funções e opções ideológicas assumidas pelos dirigentes do Estado, nos diferentes tempos históricos. Com relação à proposição de políticas educacionais, isso não é diferente. (GIRON, 2008, p.18).

É fundamental considerar que a educação não se limita apenas ao processo sistemático de ensino de conteúdos dentro das instituições escolares:

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. [...] No processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico. (GOHN, 2012, p.21).

Além disso, a inclusão social se estende à participação em atividades comunitárias, culturais e recreativas, onde a presença de pessoas com autismo deve ser valorizada e, sobretudo apoiada. É nítido que a verdadeira integração ocorre quando essas pessoas têm acesso às mesmas oportunidades que os outros, participando plenamente da vida comunitária.

É necessário reconhecer que o bem-estar social, a educação, o desenvolvimento socioeconômico e outros fatores estão profundamente interconectados e demandam atenção cuidadosa por que:

Até que ponto, porém, a condição de miséria material, a falta de acesso aos conhecimentos escolares e a desigualdade social comprometem a capacidade cognitiva dessas famílias e de seus filhos, as suas capacidades de falar, pensar, argumentar, lutar pela própria vida, construir uma vida digna, educar seus filhos e alimentá-los? (SAWAYA, 2006, p. 137).

A aceitação e o respeito são aspectos fundamentais desse processo, criando um ambiente onde todos se sintam valorizados e incluídos, o que é essencial para uma convivência harmoniosa e produtiva. Em 27 de dezembro de 2012, foi instituída a Lei 12.764, e em seu artigo 3º estão definidos os principais direitos:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a

nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012).

Como aludido, mesmo com avanços significativos, ainda há inúmeros desafios à inclusão de pessoas com TEA, dentre eles está à falta de formação adequada para educadores, a resistência a mudanças e a escassez de recursos especializados. Além disso, preconceitos e atitudes negativas podem dificultar a plena aceitação e integração dos indivíduos com autismo.

No entanto, há progressos notáveis a serem destacados, como por exemplo, a crescente conscientização sobre o autismo e a adoção de práticas educacionais mais inclusivas tem contribuído para a melhoria da situação. A formação contínua para professores e o uso de tecnologias assistivas são exemplos de como o ambiente educacional está se adaptando para melhor atender às necessidades dos alunos com TEA.

Neste ensejo, as políticas públicas desempenham um papel vital na inclusão e no suporte a pessoas com TEA. No Brasil, políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelecem diretrizes para assegurar que alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade. De acordo com Bucci (2006, p. 11), as políticas públicas podem se manifestar de diversas maneiras e através de diferentes mecanismos:

Podem ser expressas em disposições constitucionais, ou em leis, ou ainda em normas infralegais, como decretos e portarias e até mesmo em instrumentos jurídicos de outra natureza, como contratos de concessão de serviço público, por exemplo.

Essas políticas promovem a formação de professores, a adaptação curricular e a disponibilização de recursos especializados, buscando criar um ambiente mais inclusivo. Os programas de apoio financeiro e melhorias na infraestrutura escolar são essenciais para garantir que as práticas inclusivas sejam efetivamente aplicadas.

Azevedo e Schmidt (2013) argumentam que é essencial reformular as políticas públicas de educação para melhor atender os estudantes com Transtorno do Espectro Autista, levando em conta suas particularidades. Eles apontam que os professores veem os alunos com TEA como um desafio e frequentemente têm que procurar formação continuada por conta própria. A atitude do professor de buscar formação continuada de forma independente, diante da precarização das condições, é considerada um ato de resistência por que:

A reforma em curso acirra os processos de destruição da escola pública na medida que destrói sua autonomia, colocando em prática uma organização do trabalho da escola, de um currículo e de uma proposta de formação de professores/as que instrumentaliza a escola para um projeto de formação da classe trabalhadora com foco num currículo mínimo. Nesse projeto de escola não há espaço para a formação histórico-crítica, para uma formação cultural que compreenda a diversidade, a reflexão, a construção coletiva e o exercício da autonomia (MELLO, RODRIGUES, 2022, p.15).

O avanço na inclusão de pessoas com autismo reflete uma crescente compreensão e aceitação da diversidade. Embora desafios ainda persistam, os progressos nas práticas educacionais e o impacto positivo das políticas públicas são fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A continuidade dos esforços para superar barreiras e promover a aceitação é essencial para garantir que todos, independentemente de suas diferenças, possam participar plenamente e contribuir para a comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional é um tema de crescente importância e complexidade, refletindo não apenas as necessidades individuais desses alunos, mas também os desafios estruturais e pedagógicos enfrentados por educadores e instituições.

O autismo, um espectro de condições neuropsiquiátricas caracterizadas por dificuldades na comunicação social e comportamentos repetitivos, requer uma abordagem educacional adaptativa e inclusiva. Para Lacerda (2017):

Transtorno do espectro autista é considerado uma conjuntura que ataca aproximadamente 2% da população, pode ser considerada leve (onde somente pessoas próximas ao sujeito percebem) ou considerado grave (onde prejudica o sujeito em realizar atividades simples como falar).

A evolução nas práticas pedagógicas e nas políticas públicas tem buscado responder a essas demandas específicas, embora ainda existam muitos obstáculos a serem superados, como citado anteriormente. Entre os principais desafios está a adequação das políticas públicas para atender às particularidades dos alunos com TEA. Estudos indicam que os professores frequentemente enfrentam dificuldades para integrar esses alunos nas salas de aula regulares devido à falta de formação especializada e recursos adequados.

Muitas vezes, os docentes se veem forçados a buscar formação continuada de maneira independente, o que pode ser visto como um ato de resistência diante da precarização dos recursos educacionais. Essa necessidade de suporte adicional e capacitação para os educadores é uma questão central nas discussões sobre a inclusão. Cunha (2011, p. 13) afirma:

O autismo requer do professor estudo, preparação e dedicação. Para além da condição limítrofe o autista, estará a condição humana e o seus atributos e a sua natureza de aprendente. Para além das nossas atribuições de ensinantes, estará a nossa capacidade de educar pelo nosso exemplo e amor.

A utilização de diferentes recursos e materiais didáticos, como jogos educativos, imagens, vídeos, entre outros, que possam auxiliar na compreensão do conteúdo é algumas das estratégias que o educador pode adotar. É importante também que o professor esteja aberto ao diálogo com o aluno e sua família, buscando entender quais são as dificuldades enfrentadas e como é possível ajudá-lo da melhor maneira possível.

Atualizar-se sobre as pesquisas e avanços na área da educação inclusiva e das dificuldades e transtornos de aprendizagem, participar de cursos, palestras e workshops podem ser uma excelente forma de se manter informado e adquirir novas ferramentas para lidar com essas situações.

Ainda assim, é importante frisar eu é preciso apoio não apenas da escola, mas também da família, referente a isso Cunha (2011, p. 89) afirma:

Uma grande ajuda para todos os indivíduos com autismo, independentemente do grau de severidade, vem das relações familiares, em razão do enfoque na comunicação, na interação social e no afeto. Entretanto, escola e família precisam ser concordes nas ações e nas intervenções na aprendizagem, principalmente, porque há grande suporte na educação comportamental.

A percepção de que alunos com TEA representam um desafio adicional pode levar à estigmatização e ao isolamento de tais, dificultando sua plena integração e participação no ambiente escolar. Isso ocorre devido à resistência de mudança por parte de alguns setores

educacionais e a falta de adaptações curriculares, os quais são obstáculos significativos para uma inclusão efetiva.

Apesar desses desafios, têm sido notáveis grandes avanços, principalmente no que concerne a conscientização sobre a importância da diversidade e da equidade no ambiente escolar. A adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e o uso de tecnologias assistivas são exemplos de como as escolas estão se adaptando para melhor atender às necessidades desses educandos.

As políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial, têm desempenhado um papel fundamental na inclusão. Essas políticas estabelecem diretrizes para a formação de professores e a adaptação curricular, bem como para a disponibilização de recursos especializados, contribuindo para criar um ambiente educacional mais inclusivo. Entretanto, o êxito dessas políticas pode variar, e sua eficácia depende da adesão dos sistemas educacionais e da adequação dos recursos disponibilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como finalidade analisar a importância da inclusão escolar na educação infantil, com foco particular nas crianças com autismo, buscando compreender como as políticas públicas de educação especial influenciam e potencializam a efetivação dessa inclusão, ressaltando a parceria entre escola e família, a qual contribui de forma benéfica para o desenvolvimento integral dessas crianças, além de se ter discutido sobre as práticas pedagógicas que podem ser adotadas pelos educadores para assegurar um ambiente verdadeiramente inclusivo.

É sabido que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional ainda representa um desafio gritante, mas também é uma oportunidade valiosa para propiciar uma educação mais equitativa e diversificada. Através das pesquisas foi perceptível que embora haja avanços consideráveis, muitos obstáculos ainda precisam ser superados para garantir uma inclusão plena e efetiva.

Entre os desafios identificados está a necessidade de uma reformulação das políticas públicas para atender às especificidades dos alunos com TEA e a inadequação de recursos e formação para os educadores. A resistência à mudança e a falta de adaptações curriculares também desempenham papéis críticos na dificuldade de integrar esses alunos de maneira

eficiente. A percepção de que a presença de alunos com TEA representa um desafio adicional pode levar à estigmatização, dificultando sua plena participação no ambiente escolar.

Entretanto, é válido destacar os avanços significativos ocorrido no campo da inclusão, mesmo que a passos lentos. A conscientização crescente sobre a importância da diversidade e da equidade no ambiente escolar tem impulsionado melhorias nas práticas pedagógicas. A adoção de estratégias inclusivas e o uso de tecnologias assistivas são exemplos de como as escolas estão se adaptando para atender melhor às necessidades dos alunos com TEA.

As políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação e a Política Nacional de Educação Especial, têm contribuído para criar diretrizes e oferecer recursos com o intuito de assegurar um ambiente mais inclusivo.

Deste modo, para que a inclusão de alunos com TEA seja verdadeiramente efetiva, é essencial continuar investindo na formação contínua dos professores, na adaptação das práticas pedagógicas e na concretização das políticas públicas. A colaboração entre governos, instituições educacionais e famílias desempenha um papel fundamental nesse processo. A construção de uma sociedade educacionalmente inclusiva requer um compromisso coletivo para superar barreiras e garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam se beneficiar de uma educação de qualidade e participar plenamente da vida escolar e comunitária.

1653

É notório que o caminho para uma inclusão plena é complexo e exige esforços contínuos e coordenados. A efetivação de uma educação inclusiva não é apenas uma questão de atender às necessidades específicas dos alunos com TEA, mas também de reconhecer e valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor para todo o ambiente escolar. O sucesso nessa empreitada dependerá da nossa capacidade de adaptar práticas, aprimorar políticas e promover uma cultura de respeito e aceitação, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Liubiana Arantes de. **Transtorno do Espectro Autista**. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. n 5. Abril 2019. Disponível em: >https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf< Acesso em: 13 ago. 2024.

BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação: atuais desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

BORGES et al. **O impacto do transtorno autista na vida das mães dos portadores.** São Paulo: Ciência Médica, 2010.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações.** In:

BRASIL, Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Brasília, 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, *Brasília*, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96).** Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08 ago. 2024.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito.** In: BUCCI, Maria Paula Dallari. *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*, São Paulo :Saraiva, 2006

GIRON, Graziela. **Políticas Públicas, Educação e Neoliberalismo: O que tem a ver com cidadania?** Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 17-26, junho 2008.

GOHN, MARIA. **Movimentos Sociais e Educação.** 8ªed. São Paulo:Cortez 2012

HO, H. et al. **Retratos do Autismo no Brasil.** SÃO Paulo: Ed. Trevo, 2013.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático.** Colaboração: Marialice de Castro

1654

Vatavuk. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: Acesso em: 10 ago. 2024.

Mello, M. M. L. de, & Rodrigues, V. de S. (2022). **Ensino Médio no Brasil: reordenamento federal e estadual.** *RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 7(12), e-607.

SAWAYA, Sandra. **Desnutrição e baixo rendimento escolar: contribuições críticas.** Alimentação e Educação I.Estud. av. 20 (58).Dez2006. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ea/a/dyHN6N7bHZwJzdTjpdX6Jyd/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SEIMETZ, Giovanna Dornelles. **Avaliação psicológica da criança com suspeita de transtorno do espectro autista: desafios para o avaliador.** 2018. 55p. TCC (Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SOUZA, José Carlos et al. **Atuação do psicólogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento infantil.** *Psicologia, Ciência e Profissão*, 24(2), p. 24-31, 2004.

VARGAS, R. M.; SCHIMIDT. **Autismo e esquizofrenia: compreendendo diferentes concepções.** Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2011.